

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal.

**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº 07/2024**

Em atenção ao Art. 148, item IV, alínea "A" do Regimento Interno, solicitamos que seja dada **URGÊNCIA ESPECIAL** ao seguinte documento:-

**Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2024** - De autoria da Mesa Diretora - Revoga o Decreto Legislativo de nº 017/2019, que concedeu o Título de Cidadão Sanjoanense ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ URIAS DE BARROS FILHO (CARIOCA).

Plenário Dr. Durval Nicolau, 13 de maio de 2024.

  
Aline Dourador Luchetta

Antônio Aparecido da Silva

Carlos Alberto da Cruz (Pastor Carlos)

  
Claudinei Damalio

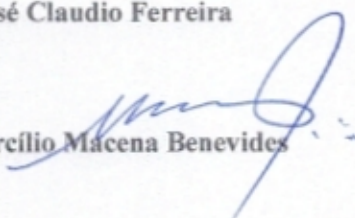
  
Gustavo Belloni Rodrigues Ferreira

Heldreiz Giannini Muniz

Joceli Mariozi Ferreira

José Claudio Ferreira

  
Luiz Carlos Missassi Rivera (Luiz Paraki)

  
Mercílio Macena Benevides

Luís Carlos Domiciano

Nelson Júnior dos Reis (Júnior da Van)

  
Rui Nova Onda

  
Rodrigo Caetano Barbosa

  
Carlos Gomes

**APROVADO**

13, 05 2024  
por delegação  
PRESIDENTE



# Câmara Municipal

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2024 – De autoria da Mesa Diretora -  
Revoga o Decreto Legislativo de nº 017/2019, que concedeu o Título de  
Cidadão Sanjoanense ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ URIAS DE BARROS  
FILHO (CARIOCA).

Em atenção ao referido documento, por ser legal e regimental, somos de  
parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

### PARECER PELA LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE

Plenário Dr. Durval Nicolau, 13 de maio de 2024.



RUI NOVA ONÇA



MERCÍLIO MACENA BENEVIDES

HELDREIZ MUNIZ



EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 027/2024**

“Revoga o Decreto Legislativo de nº 017/2019, que concedeu o Título de Cidadão Sanjoanense ao Senhor **JOSÉ URIAS DE BARROS FILHO (CARIOCA)**”

**A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, DECRETA:-**

**Art. 1º-** Fica revogado o Decreto Legislativo nº 017/2019, que concedeu o Título de Cidadão Sanjoanense ao Senhor **JOSÉ URIAS DE BARROS FILHO (CARIOCA)**.

**Art. 2º-** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

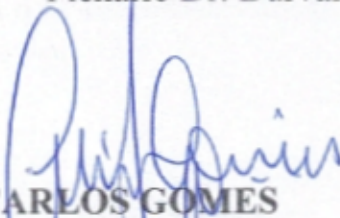
**Art. 3º-** Ficam revogadas as disposições em contrário.

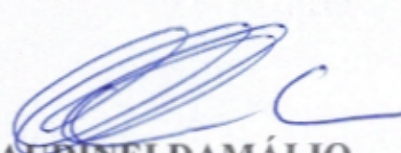
Aprovado em 1ª e 2ª discussão  
Votação e em Renovação final

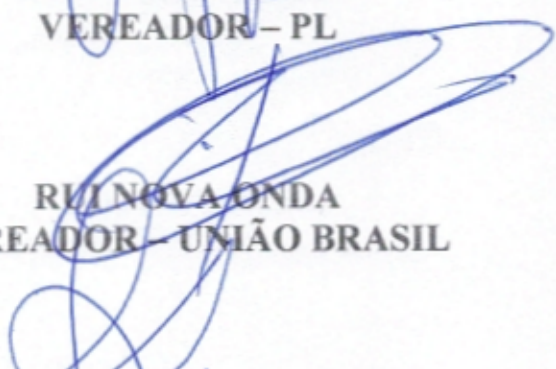
13/05/24

*por deliberação*  
Presidente

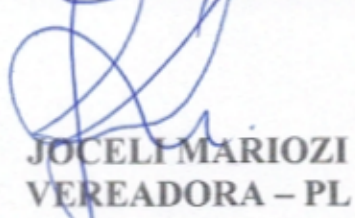
Plenário Dr. Durval Nicolau, 13 de maio de 2024.

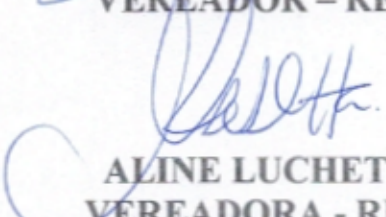
  
**CARLOS GOMES**  
VEREADOR - PL

  
**CLAUDINEI DAMÁLIO**  
VEREADOR - PP

  
**RUI NOVA ONÇA**  
VEREADOR - UNIÃO BRASIL

  
**LUIZ PARAKI**  
VEREADOR - REDE

  
**JOCELI MARIOZI**  
VEREADORA - PL

  
**ALINE LUCHETTA**  
VEREADORA - REDE

DOCUMENTO SOB REGIME DE URGÊNCIA

13/05/24

*por deliberação*  
Presidente



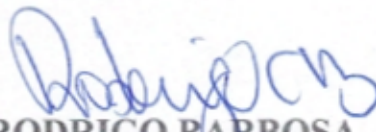
**MERCÍLIO MACENA**  
**VEREADOR – REDE**

**ANTÔNIO AP. SILVA (TITI)**  
**VEREADOR - AVANTE**

**PASTOR CARLOS**  
**VEREADOR – AVANTE**

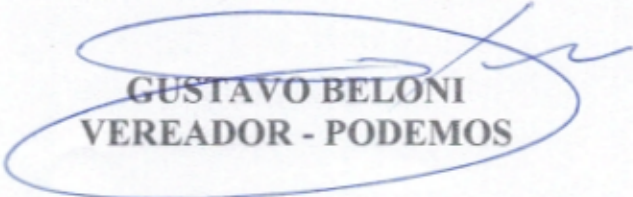
**HELDREIZ MUNIZ**  
**VEREADOR - REDE**

**JÚNIOR DA VAN**  
**VEREADOR – PODEMOS**



**RODRIGO BARBOSA**  
**VEREADOR - PP**

**JOSÉ CLAUDIO FERREIRA**  
**VEREADOR – PSD**



**GUSTAVO BELONI**  
**VEREADOR - PODEMOS**

**LUÍS C. DOMICIANO (BIRA)**  
**VEREADOR – MDB**

### **JUSTIFICATIVA**

O Senhor JOSÉ URIAS DE BARROS FILHO (CARIOCA) recebeu o título de Cidadão Sanjoanense em reconhecimento de sua contribuição para a comunidade, conforme estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 017/2019, em uma Sessão Ordinária realizada em 12 de agosto de 2019.

Entretanto, nos últimos anos, o Sr. Barros, falaciosamente sob o manto do jornalismo investigativo, tem dirigido ataques insidiosos, desrespeitosos e provocativos a vários vereadores desta legislatura e à própria Câmara Municipal de São João da Boa Vista, SP, por meio de vídeos publicados em suas redes sociais. Essas ações ultrapassam os limites do jornalismo responsável e imparcial, ignorando completamente os padrões de objetividade e neutralidade. O citado cidadão intitulado “Carioca” recentemente praticou ato de extremo preconceito, ato de capacitismo qualificado em face do servidor público na UPA, bem como foi condenado em circunstâncias correlatas.



Tais comportamentos desautorizam sua permanência como detentor da honraria concedida pelo Poder Legislativo que é, direta ou indiretamente, objeto de seu desrespeito contumaz.

Portanto, solicitamos a revogação do Decreto Legislativo nº 017/2019, pois o homenageado não demonstra respeito pela instituição da Câmara Municipal nem pelos colegas que lhe conferiram tal distinção. Contamos com o apoio desta Casa de Leis para a aprovação desta medida, que se fundamenta na proteção constitucional dos três poderes, os quais devem atuar de forma harmônica e independente, conforme estabelecido no artigo 15 da Constituição.